

---

**OS MILITARES E O PODER**

---

---

## OS MILITARES E O PODER

---

O leitor desprevenido terá dificuldade em identificar o autor dum texto — ou a época em que ele foi escrito — que diz mais ou menos isto:

«Uma nova doença espalha-se pela Europa: atingiu os governos e fá-los manter um número incomensurável de militares. A doença tem os seus ataques mais fortes e torna-se necessariamente contagiosa porque quando um Estado aumenta os seus exércitos os outros aumentam imediatamente os seus, de modo que apenas se ganha a ruína comum. Cada país tem tantos homens em armas como se o seu povo estivesse em risco de extermínio; e chama-se paz a este esforço de todos contra todos.»

A verdade é que não há na citação muito mais do que aquilo que costuma designar-se por «tradução livre» como, por exemplo, substituir a expressão original «príncipes» por governos.

É que o texto é de Montesquieu e vem em «O Espírito das Leis», mais rigorosamente citando, no capítulo XVII do livro XVIII.

Julgo estar aqui um desafio salutar à nossa capacidade de pensar os problemas da defesa. Nem lhe falta a agressividade habitual aos desafios.

Desafio tanto mais salutar quando tem havido algum pacto de silêncio ou algum pudor (ou temor) em abordar os problemas de defesa em correlação com os problemas do poder político.

Desafio ainda a que vamos tardando em corresponder. Apesar de, nos últimos anos da vida política portuguesa, a presença militar ter sido extremamente forte e uma guerra, e as suas sequelas, «marcarem» politicamente, pelo menos as duas últimas décadas da nossa história colectiva.

O texto de Montesquieu rouba «actualidade» a questões que, geralmente, são consideradas como nossas contemporâneas.

Há, com efeito, quem pense que os problemas de defesa se passaram a colocar de maneira inteiramente nova após a II Guerra Mundial.

A Guerra foi *mundial*; e não foi só a verificação do poder de fogo, nem a capacidade de mobilização dos vários exércitos. Foi, fundamentalmente, a verificação de que o suporte desses aparelhos militares foram povos inteiros, sofrendo nos seus bens e na sua carne a mesma guerra que os seus soldados.

«Até então a ideia do povo em armas era apenas uma imagem literária», escrevia em 1947 um jornalista americano.

Mas pensam-se também, e de alguns sectores com angústia, as consequências desta globalização da guerra. Há quem pense que o monolitismo é considerado condição de resistência militar duma sociedade; há quem se interroge sobre se «o mimetismo do duelo aproxima do totalitarismo as nações que o combatem».

Creio que é, em boa parte, quando se descobre que é o *Poder* que permite a mobilização total, para o ataque ou para a defesa, que leva a uma reflexão aprofundada sobre o papel do Poder nas sociedades contemporâneas.

Há, ao mesmo tempo, quem considere este após guerra como época da «má consciência» no pensamento sobre defesa. Para muitos, *defesa* é só uma maneira mais cómoda e menos assustadora de falar de guerra.

Defesa global seria então e apenas um modo «mais simpático» de falar em guerra total, atirando o lado «antipático» para o inimigo, o que faz a guerra.

É a época, por isso, em que o humor anota diferenças subtis: a «nossa» bomba é boa e é para a paz, a do «outro» é má e para a guerra. A bomba é igual e a diferença que a torna boa e pacífica é apenas o ser nossa ou alheia.

\* \* \*

Penso que esta meia dúzia de pontos é suficiente para sublinhar aspectos diversos duma mesma realidade.

A reflexão só ganhará, porém, se a retomarmos numa perspectiva histórica.

Uma primeira e imediata verificação é a de que a ordenação, por ordem cronológica, dos «factos» militares do último milénio é a revelação — no sentido fotográfico do termo — de sucessivas aproximações da guerra mundial e total ou, pelo menos, dum crescente envolvimento das populações nos conflitos.

Os tempos medievais são os das lutas de pequena duração e envolvendo exércitos pouco numerosos.

A «Guerra dos 100 Anos» não é, vista com olhos contemporâneos, mais que uma sucessão de campanhas breves, envolvendo reduzidos efectivos.

Mais ainda: os contingentes eram cedidos pelos vassallos ao rei e esta cedência, temporária naturalmente, era objecto de negociação política.

O rei solicitava a ajuda e não raras vezes a «pagava» em doações de terras conquistadas ou em aumento do poderio dos vassallos.

Este, um quadro por todos conhecido.

Mas que este tipo de reflexão tenha servido numa obra clássica<sup>(1)</sup> não para fazer a história natural do crescimento do «peso» militar mas a introdução a uma outra história natural do crescimento — a do Poder — parece-me, só por si, um outro e salutar desafio.

Desafio *a todos nós*.

Por mim, este é apenas um contributo que pretende, ele também, ser estimulante.

\* \* \*

Poupemos tempo e espaço dando como adquirido que no mundo de hoje, cada vez mais complexo e interdependente, em que as evoluções e mutações se processam a um ritmo acelerado, é mais que nunca necessária uma visão de conjunto.

Um *projecto global* à dimensão dos problemas é uma exigência evidente.

Por isso, e em boa medida como consequência disto mesmo, os conceitos são também globais e as tarefas de âmbito pluridisciplinar.

É assim com a *defesa*.

Para salvaguarda da segurança colectiva, da integridade do território, da prossecução livre dos objectivos nacionais, para garantir a um povo que possa continuar a tomar nas suas mãos o seu futuro, o Estado moderno tem de recorrer a todo um conjunto de meios, dos quais os militares são apenas uma parcela.

Mas assim sendo, é perfeitamente vão tentar iludir que essa globalidade, para não ser totalitária, tem limites que lhe são essenciais e próprios.

(1) Refiro-me a «Du Pouvoir» de Bertrand de Jouvenel, edição de Hachette Littérature.

No espaço territorial próprio de cada Estado e no povo aí fixado existem concepções variadíssimas do homem e do próprio futuro desejável para todos.

O nosso tempo é também o tempo da *pluralidade*.

Creio que isso nos obriga, muito directa e frontalmente, a colocar o problema de defesa tendo em linha de conta essa mesma realidade plural.

É aliás o que se passa com toda a acção colectiva.

Para que uma opção se possa realizar é absolutamente necessário que dela estejam convencidas o maior número de pessoas.

Há aqui muito de semelhante com o *projecto político* que para ser político tem por condição a viabilidade. Isto é, para que um projecto seja político, necessita ter aderentes e a sua viabilidade é tanto maior quanto o número de pessoas dispostas a assumi-lo.

A defesa não é, também, apenas racionalidade. É igualmente vontade e vontade temperada pela sensibilidade.

Em todos os períodos da história os homens tiveram concepções diversas, digamos mesmo que muito diversas, da sua existência pessoal e colectiva.

O pluralismo não é uma invenção moderna.

Mas não deixa de ser verdadeiro que as sociedades tradicionais se poderiam mais facilmente considerar como universos próprios ou circuitos fechados. As próprias condições da existência dessas sociedades, e em particular a dificuldade ou ausência de comunicações, contribuíam poderosamente para esse fechar sobre si próprias ligado a uma situação que poderá qualificar-se como culturalmente mais estruturada que os Estados modernos.

Como é próprio do universo fechado, o pluralismo é aí vigorosamente combatido.

É como se o grupo aguentasse mal qualquer diferença e a ela reagisse como factor capaz de pôr em causa a sua coesão. A regra é a da *unicidade*.

Pensar diferente, é então ser dissidente ou traidor. Ser marginalizado, preso ou considerado louco.

A democracia, tal como a entendo, não é compatível com isto.

O pluralismo é, para mim, um valor. Não só a preservar e defender, como a conquistar e a exigir.

Para aqueles que pensam deste modo, não há mais que «lamentar» o pluralismo.

Nem aberta nem veladamente. Repito, veladamente. Cada vez que se criticam as discordâncias e se procura abafá-las pela calúnia, pelo insulto ou apenas pelas formas de censura que vão do silêncio às deturpações do que se disse ou fez, há um «lamento» velado pela existência do pluralismo.

Cada vez que se apela aos «homens fortes», à ausência de compromissos, às rupturas (por mais que se crismem de democráticas) é a existência do pluralismo que é posta em causa.

Instrumentos em si democráticos surgem, inclusivamente, como álibis a esta lamentação.

Creio que é um pouco o que se passa entre nós com a polémica — ou falsa polémica — do referendo. No fundo, transformar em «sim ou não» uma escolha complexa, é querer reduzir a pluralidade, é considerar «mau» que haja várias opiniões sobre o mesmo assunto.

Certo é, e assim regresso ao tema essencial, não ser verdade que o pluralismo tenha por limite a pulverização.

*A existência de um Estado pressupõe que a diversidade não é total.* Por mínima que seja, existe uma vontade de viver em conjunto, de subsistir enquanto unidade nacional.

Penso que é este o significado pleno da expressão *defesa nacional*.

A nação não é, apenas, a noção relativamente estática de comunidade cultural, no entanto já de si diferente da de Estado (?).

Nação é, mais que isso, uma vontade de ser comunidade política própria, uma intenção de viver junto e em conjunto viver a aventura de um futuro comum.

Não é só um *querer* herdado. É, acima de tudo, um *querer* reafirmado no presente e para o futuro.

(Apesar de séculos de história comum, é neste século que a Noruega decide separar-se da Suécia...)

*É isso que se defende.*

Ou seja, *a defesa nacional* tem de encontrar e situar-se no plano do que une, na esfera do consenso, na liberdade e na tolerância.

---

(?) Como é sabido, há Nações que não são Estados ou que por vários Estados estão repartidas e Estados que não correspondem a Nações.

E apontado um exemplo típico para vários autores: o dos EUA que teriam começado por ser Estado sendo a comunidade nacional resultante da vida em comum e da unidade de governo.

Defende-se mal uma sociedade dividida, não se defende com o menor dos apoios sociais possíveis.

Defesa nacional não é um problema de maioria de metade mais um.

A isenção partidária das Forças Armadas que a Constituição consagrou (artigo 275.º, n.º 1) assenta aqui.

Mas o problema não é só a isenção partidária ou de não poderem as Forças Armadas «aproveitar-se da sua arma, posto ou função para impor, influenciar ou impedir a escolha de uma determinada via política democrática» (artigo 275.º, n.º 2, da Constituição da República); o problema é, sem medo das palavras, o de reduzir as Forças Armadas a um elemento *nulo politicamente*.

Não é o simplismo do «regresso a quartéis». Nem o recusar de cidadãos de corpo inteiro.

Não é uma diminuição ou sequer servidão: *é identificar as Forças Armadas com a Nação*. Respeitando a sua pluralidade e, por isso mesmo, apenas identificadas com a base de consenso colectivo.

Daqui se deduz, por exemplo, que não podem as Forças Armadas assumir projectos bipolarizadores.

Não há, nem pode haver Nação em armas contra uma parte de si própria.

\* \* \*

Dispensamo-nos de tirar conclusões.

Um diálogo que se inicia — e acima de tudo o que esta intervenção pretende ser — é um desafio ao debate — é, por natureza, apenas um passo no caminho duma reflexão comum.

*Magalhães Mota*